

# Apresentação

Este número do *Cadernos Metr pole* tem por objetivo compreender as diversas e complexas facetas da governança neoliberal/ultraliberal em distintos territórios: no ambiente urbano construído, nos clássicos espaços extrativistas e na vida cotidiana dos indivíduos, conformando abordagem rica acerca do modus operandi, das dinâmicas e das lógicas pelos quais se movimentam, consolidando-se, as ideias e as práticas advindas do neoliberalismo.

Deve-se ressaltar que por neoliberalismo/ultraliberalismo se entende o conjunto de valores e ideias que objetivam – com êxito nos últimos quarenta anos – se estabelecer em paradigmas e métricas, em perspectivas e manuais e, sobretudo, em princípios concretos de gestão, de formula o e de implementa o de políticas públicas.

Trata-se, portanto, simultaneamente de doutrina (sistema orgânico de ideias), ideologia (arcabouço de valores com vistas a obter hegemonia), projeto político, e por vezes eleitoral, perspectiva sist mica de gestão/políticas públicas e concep o de mundo. A radicalidade de diagnósticos elaborados, tendo o “mercado” como agente organizador das rela es sociais, e sobretudo de suas proposi es, materializa-se em: meritocracia individual como valor supremo; fluxos supostamente livres de informa o (caso dos preços) com a participa o minimalista do Estado; visão generalizante e fortemente negativa dos aparatos estatais como gerenciadores do público; concep o da economia como “fluxos espontâneos”; defesa das desigualdades sociais como “expressão natural das desigualdades humanas”, espécie de bord o ultraliberal; entre outras características.

Na experiência brasileira, a consolida o ultraliberal acelerada com a consagra o do golpe de 2016 tem como reflexos o desmonte gradativo da concerta o metropolitana – que sequer havia se consolidado – e a altera o dos processos políticos que decidem a forma o do espaço. As dinâmicas de colabora o federativa previstas pela Constitui o de 1988 têm sido rapidamente substituídas pelo impulso empreendedor dos municípios. As cidades brasileiras tornaram-se agentes competitivos entre si, para atrair opera es urbanas, alavancando grandes investimentos do mercado imobiliário para se tornarem palcos de megaeventos de diversas naturezas. Tornam-se, assim, “cidades para o mercado” e menos para a efetiva o da vida.



Tendo em vista essas características, os artigos aqui reunidos abordam, de formas distintas, as dinâmicas e os impactos do neoliberalismo como expressão concreta, aplicada, de pressupostos e interesses vinculados ao “mercado”, isto é, ao capital e às elites proprietárias e gestoras.

Os efeitos, conforme os artigos em tela, abaixo analisados, exemplificam a aplicação neoliberal em casos concretos, neste número especial, e apontam para municípios – no Brasil e no exterior – que, ao promoverem a agenda neoliberal sob a forma de gestão pública e de políticas públicas, impactam diversas áreas, tais como: a financeirização dos alugueis, que valorizam determinados territórios e conseqüentemente expulsam os moradores pobres para regiões cada vez mais longínquas; as “fábricas de moradias” voltadas às classes médias e às elites que promovem verdadeiras revoluções em bairros distintos, afetando, de inúmeras formas, a dinâmica territorial, tal como as operações urbanas, essencialmente privadas (via PPPs e outras formas de investimento privado); os megaeventos que transformam bairros e cidades em “padrão internacional” à luz dos interesses de investidores; a gestão da água, do saneamento, do transporte, da mobilidade, da habitação, entre outros, cuja lógica é a financeirização neoliberal e a participação privada (capital, gestão, pressupostos e métricas); os municípios “minerários”, em que o extrativismo permanece como marca indelével de sociedades prisioneiras do “arcaísmo financeirizado” desses empreendimentos; chegando até a subjetividade neoliberal presente em profissões e sua reprodução no “mercado” de trabalho.

Todos os artigos aqui apontados têm como premissa verificável a existência de dimensões internacionais do capital quanto aos interesses aplicados no Brasil à luz dos fundamentos neoliberais/ultraliberais.

O conjunto dos estudos, expressos nos 16 artigos deste fórum, reúne informações baseadas em fontes primárias, indicadores, entrevistas, vivência de campo (em alguns casos), dentre outras estratégias metodológicas que revelam como se dão os impactos da “agenda neoliberal”, que fora retomada com força no Brasil após o golpe do impeachment em 2016 e a eleição à margem das regras do Estado Democrático de Direito em 2018.

Em síntese, os pesquisadores que reagiram à chamada deste Dossiê apresentam um repertório de análises que respondem a três eixos centrais de pesquisa:

- a gramática ultraliberal que anula o papel regulador do Estado para torná-lo garantia da ação direta dos agentes privados na gestão das cidades, com claras alterações nas políticas urbanas e no cotidiano dos indivíduos;
- a permanência do velho sistema extrativista minerário e das políticas hídricas e de saneamento, cada vez mais articulados à financeirização e aos circuitos “modernos” internacionais;
- a produção habitacional (moradia) impactada por políticas urbanas formatadas pelos interesses do mercado imobiliário com conseqüências para financeirização da moradia e uma gradativa deterioração da posse em grande escala.

Quanto ao primeiro eixo, e especialmente no tocante à gestão financeirizada do espaço urbano, destaca-se o artigo apresentado por Isadora de Andrade Guerreiro, Raquel Rolnik e Adriana Marín-Toro, *Gestão neoliberal da precariedade: o aluguel residencial como nova*

*fronteira de financeirização da moradia*, no qual as autoras analisam a dinâmica recente pela qual a financeirização da moradia tem-se disseminado na América Latina, notadamente no Peru, Colômbia, México e Brasil, através do mecanismo do aluguel, pelo qual a moradia se transmuta de propriedade em serviço. O artigo analisa como a conexão entre o aluguel residencial e as finanças colocou em andamento uma nova frente de financeirização da moradia e de desposseções em escala global. Sob a lógica da financeirização, atores privados corporativos passaram a gerir o mercado do aluguel em grande escala, chegando-se no continente latino-americano (nas moradias populares) com articulação e gestão própria dos ilegalismos.

Mas essa gestão urbana e financeirizada não se limita ao campo da moradia. Em termos da formação do espaço, e mais enfaticamente nas metrópoles brasileiras, vive-se uma expansão de alterações urbanas presentes em grandes projetos e operações que dispensam a regulação institucional e dificultam o controle social. É o que podemos observar na pesquisa realizada por Marina Toneli Siqueira e Carolina Silva e Lima Schleder, *Mapeando grandes projetos urbanos: levantamento de operações urbanas nos municípios brasileiros*. Nela, as autoras destrincham a noção de empresariamento urbano (Nobre, 2019), evidenciado no espraiamento e na consolidação das Grandes Operações Urbanas Consorciadas (Goucs) que usam Parcerias Público-Privadas (PPPs) para se concretizarem. A partir de um diagnóstico acurado de toda as Goucs existentes no Brasil e usando os dados populacionais do IBGE, as autoras constataam um padrão diverso e variado das capacidades administrativas nos municípios brasileiros (em termos de regulações, leis especiais, presença ou não das Goucs nos Planos Diretores, etc.), que dificulta a obtenção dos objetivos sociais previstos no Estatuto da Cidade.

O pesquisador Luis Miguel Gomes Cornejo Urriola, no seu texto *Urbanização neoliberal e megaeventos em Lima e Callao*, não apenas nos revela que a mercantilização das cidades se experimenta nos mais variados contextos latino-americanos. Alavancado pela realização de megaeventos no vizinho Peru (especialmente os XVIII Juegos Deportivos Panamericanos Lima 2019), ele constrói um discurso crítico sobre as novas formas de governança urbana neoliberal que aciona dispositivos culturais, como a naturalização da austeridade do setor público, a concorrência e o livre-comércio (Peck, 2012). Nesse processo, o Estado exerce papel indispensável na centralização e concentração do capital, a partir da criação e da expansão das já velhas conhecidas PPPs.

Na sequência, dois artigos nos mostram, eloquentemente, como tal empresariamento urbano altera o acesso democrático às políticas urbanas e, conseqüentemente, à experimentação da cidade por todos. Num deles, Lenimar Gonçalves Rios, Mônica Antonia Viana e Alexandre Lukas Morrone, autores de *Adensamento e verticalização nos municípios centrais da Região Metropolitana da Baixada Santista*, comprovam que processos de expansão residencial e transformações morfológicas de longo período, guiados pelos interesses do mercado imobiliário, reforçaram a monofuncionalidade do espaço e a dependência do automóvel nos deslocamentos entre os municípios da região metropolitana estudada.

Tatiane Borchers e Victor Garcia Figueirôa-Ferreira apresentam o segundo artigo que apresenta subsídios para o debate sobre o desmonte do Estado na escala local. A pesquisa *Neoliberalismo e o esvaziamento do Estado no transporte público de Araraquara–SP* analisa a trajetória da política de mobilidade por meio do ague, declínio e extinção da Companhia pública Troleibus Araraquara (CTA), que acabou sendo sucateada após a troca da matriz energética para veículos a diesel, permitindo que a iniciativa privada pudesse se inserir na dinâmica de mobilidade urbana. Além de ver quais dispositivos foram acionados nessa transformação, os autores analisam o impacto dela no acesso à mobilidade local atualmente.

Se a ultraliberalização altera as dinâmicas políticas do espaço urbano, o impacto no cotidiano dos indivíduos adota contornos ainda um pouco mais dramáticos. No artigo *“Vestindo a camisa da empresa”: neoliberalismo e a subjetividade dos trabalhadores shoppers*, os pesquisadores Brauner Geraldo Cruz Junior, Claudio Luis de Camargo Penteadó e Paulo Roberto Elias de Souza analisam a uberização do mundo do trabalho a partir da vivência de dois trabalhadores de aplicativos e de suas experiências de insegurança, fragilidade e dificuldade na construção de uma identidade profissional, inerente à emergência da razão ultraliberal.

O eixo das transformações urbanas no cenário contemporâneo, marcado pela razão ultraliberal, encerra-se com o texto de Ana Tagliari e Wilson Florio, *Urban walkways designed by João Batista Vilanova Artigas*. Analisando os documentos disponíveis no acervo da Biblioteca da FAU-USP, os autores estudam o projeto de passarelas urbanas na obra de João Batista Vilanovas Artigas na década de 1970, para detectar como dimensões de espaço, movimento, conexão, circulação, cidade foram articulados na formatação da arquitetura contemporânea. O estudo encontra valor nas passarelas de Artigas, não apenas no objeto projetado e construído, mas também em seu pensamento teórico sobre as dimensões supracitadas.

No segundo eixo da análise presente neste Dossiê, e particularmente quanto ao papel do extrativismo e da mineração nos municípios brasileiros, destaque-se o artigo *Governança neoliberal em territórios minerários: o investimento social privado na RMBH*, de autoria de Junia Maria Ferrari de Lima, Renato Barbosa Fontes e Léa Guimarães Souki. Trata-se de importante análise dos chamados “investimentos sociais privados”, que se dão pela via da “sociedade civil” (em seu sentido liberal) e são crescentemente financiados por associações empresariais, notadamente do setor minerário. A partir de importante – e pouco comum – abordagem gramsciana (hegemonia, aparelhos privados de hegemonia, disputa pelo senso comum, etc.), o artigo inova ao refletir sobre o papel ocupado por esse setor arcaico da economia, mas muito “moderno” em construir imagens e narrativas. Com isso, embora produzam crimes socioambientais que mancham a história de Minas Gerais, respondem a eles de forma ideológica, em busca da hegemonia da mineração como “produtora de riquezas”, blindando-se, assim, de punições.

Já o artigo *Doce fel da minero-dependência nas cidades mineiras: Brumadinho e Itabira em perspectiva*, de Frederico Dornellas Martins Quintão, Armindo dos Santos de Sousa Teodósio e André Luis Freitas Dias, cuja perspectiva crítica dialoga com o artigo anterior, elava ao primeiro plano a resistência dos grupos atingidos: práticas, valores, perspectivas, formas organizativas, etc. Em termos teóricos, o artigo ancora-se nas importantes perspectivas decolonialistas e pós-desenvolvimentistas,

valorizando saberes, práticas e dimensões econômicas não atreladas ao extrativismo. Contribui, em termos metodológicos, pela via da participação nos movimentos de resistência das duas cidades em foco. Mais do que observação participante, trata-se de perspectiva de intervenção, que tem como contraparte a reflexão acadêmica. Ambos os artigos formam importante duo analítico, sobretudo após os crimes socioambientais ocorridos em Mariana e Brumadinho.

Esse eixo analítico contém também dois artigos referentes aos recursos hidrológicos e ao saneamento. Quanto ao primeiro, intitulado *Urbanização e gestão de riscos hidrológicos em São Paulo*, de Afonso Celso Vanoni de Castro e Angélica Tanus Benatti Alvim, analisa, em perspectiva histórica, o processo de urbanização massiva na cidade de São Paulo à custa de intensa prática de soterrar os rios e ocupar os vales fluviais. Os efeitos são sabidos e marcados na própria experiência brasileira urbana: deslizamentos, alagamentos, enchentes e toda forma de “desastres” promovidos pela ação especulativa do capital vis-à-vis o enfraquecimento do Estado e das políticas públicas, amplificado por políticas neoliberais desreguladoras e desregulamentadoras. Mais ainda, a fragilidade dos órgãos de defesa civil e de monitoramento de chuvas é apontada como parte da fragilização do próprio Estado. O artigo analisou documentos oficiais, mapas e indicadores, concluindo que a gestão dos recursos hidrológicos (seus efeitos) não consegue suplantar os impactos dos movimentos do capital, em contraste às necessidades sociais.

Também o artigo *Potencialidades e contradições do FMSAI no município de São Paulo – 2011–2018*, de Lucas Daniel Ferreira, analisa o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura em duas dimensões: o que se propôs a realizar (universalização do saneamento e acesso à água) e o que de fato se faz tendo em vista a execução orçamentária. Trata-se de estratégia metodológica bastante sólida ao considerar essas duas perspectivas. O texto aponta que as destinações orçamentárias não privilegiaram as favelas e a região das represas (cada vez mais povoados por grupos expulsos do centro expandido), por exemplo, e sim outras políticas urbanas, tais como drenagem, segundo a lógica da disputa por recursos do fundo, isto é, o “conflito distributivo”, que pendeu fortemente – segundo conclui – para as regiões (territórios) da cidade habitadas pelas classes médias e superiores. Tanto o artigo anterior como este último tratam de tema crucial à sanha neoliberal por privatização e altos lucros: os recursos hídricos, tais como rios, saneamento, água e tudo que envolve a vida.

Finalizando esse eixo, o artigo *Economia Criativa: uma estratégia de desenvolvimento urbano em Belo Horizonte*, de Renata de Leorne Salles, reflete sobre um tema bastante contemporâneo e alvo de apropriações distintas: a chamada Economia Criativa. Segundo os organizadores do dossiê, o texto foi incorporado a esse eixo em razão de representar proposição – embora controversa – acerca de novas formas de economia e ocupação do solo. Dialoga, portanto, de forma reversa, com o arcaísmo do setor extrativista, em perspectiva ampla sobre o tradicional e o moderno no Brasil contemporâneo.

Dessa forma, o texto entende que a valorização local, de um sem-número de atividades “empreendedoras”, poderá representar alternativa ao padrão rentista neoliberal vigente, tais como: “os setores criativos dominantes/tradicionais da indústria cultural (patrimônio, artes, literatura e atividades correlatas), [...] os setores da indústria de serviços criativos (design, moda,

arquitetura, etc.), acrescidos das novas mídias e tecnologias e demais atividades correlacionadas às indústrias culturais e criativas” (p. 444). Em outras palavras, propõe nova perspectiva, voltada à maior inclusão e sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social. Embora a força do capital global venha incorporando a tudo e a todos, proposições como essa representa tentativa de construção de novos espaços para além dos marcos neoliberais, mesmo que o próprio conceito de Economia Criativa possa ser visto sob outras perspectivas.

No que se refere ao terceiro eixo de análise, que articula a inflexão neoliberal a novas formas de produção e oferta da moradia, podemos situar o artigo de Mario Leal Lahorgue, Paulo Roberto Rodrigues Soares e Heleniza Ávila Campos, *Porto Alegre como máquina de crescimento: a produção habitacional recente na metrópole*. Nele, os autores analisam a dinâmica da produção imobiliária na última década na Região Metropolitana de Porto Alegre, caracterizada por um forte volume de investimentos, desassociado tanto da dinâmica dos ciclos econômicos como das taxas de crescimento populacional. Capitaneado por um número concentrado de empresas, que se localizam no núcleo do complexo urbano, imobiliário e financeiro local, o expressivo volume de investimentos imobiliários verificado em Porto Alegre representa ao mesmo tempo causa e efeito de uma ampla reestruturação produtiva, com a deslocalização da indústria do núcleo metropolitano, o qual que se torna objeto da captura do setor secundário da acumulação.

Thêmis Amorim Aragão, no artigo *A regulação do mercado imobiliário e política habitacional no Rio de Janeiro*, analisa as raízes do déficit imobiliário no Rio de Janeiro e identifica, a partir da desagregação dos componentes do déficit, que, no caso do Rio de Janeiro, o ônus com a aluguel foi a variável central subjacente à falta de acesso a moradias. O artigo problematiza a visão segundo a qual a intervenção estatal deve centrar-se tão somente na produção pública da moradia; sugere um leque de ações estratégicas por parte do estado que se afigurariam como mais relevantes do que os tradicionais programas de provisão de habitação de interesse social.

Marina Ferrari de Barros, Flavia da Fonseca Feitosa e Jeroen Johannes Klink, no artigo *Produção do espaço residencial em Santos/SP: parâmetros urbanísticos e a “ordem urbana”*, com base na análise dos coeficientes de aproveitamento e leis que regularam a ocupação do solo no município de Santos ao longo de cinco décadas (1968/2018), buscam testar a hipótese segundo a qual o estado, por meio da sua ação reguladora, promove uma ordem urbana que privilegia a produção residencial de alta renda. O artigo comprova a tese e identifica um duplo movimento de generalização e focalização, pelo qual, graças à ação reguladora do estado, configura-se uma ordem urbana direcionada à maximização dos lucros derivados da produção de novas localizações e ao direcionamento da produção do espaço urbano residencial pelas camadas de alta renda.

No artigo *A dimensão internacional nas transformações urbanas no bairro Floresta em Porto Alegre*, Vanessa Marx, Gabriela Luiz Scapini e Gabrielle Araújo analisam, a partir da perspectiva da glocalização, as transformações urbanas no bairro Floresta, localizado na região do 4º Distrito de Porto Alegre, decorrentes do processo de neoliberalização e de financeirização. O artigo, por meio da análise do caso empírico do bairro de Floresta, desenvolve proposta de metodologia capaz de capturar a dimensão multiescalar da incidência dos fluxos de capital sobre o território, bem como a dinâmica de formação de alianças, coalizões e parcerias público-privadas.

Tomando como subsídio as análises do conjunto dos artigos a partir dos três eixos, devemos lembrar que, desde os anos 1980 e sobretudo 1990, as chamadas “reformas orientadas para o mercado”; o “Consenso de Washington”; a *rational choice*; o gerencialismo como movimento internacional de “reforma” neoliberal do Estado, que levou à privatização da gestão e das políticas públicas (o chamado “governo empresarial”, conforme Dardot e Laval); e a financeirização informam teórica e ideologicamente reformas e transformações nas políticas públicas.

O território urbano e rural é tomado como “ativo” e articulado a teias internacionais e financeirizadas. Resistências a esse vetor têm sido observadas em movimentos sociais voltados a políticas específicas, em partidos políticos progressistas, por urbanistas, pesquisadores e cidadãos comprometidos com a coletividade e com a igualdade de ter “direito à cidade”.

O campo de disputa está aberto e as eleições de 2022 apontam desde já para projetos antagônicos entre as perspectivas social-democrata/centro-esquerda e neoliberal/extrema-direita. Tal disputa também pode ser expressa em termos de civilização *versus* barbárie.

Este fórum intenta contribuir com subsídios aos(às) pesquisadores(as) e cidadãos(ãs) quanto aos hercúleos desafios que a sociedade brasileira tem pela frente

*Francisco Fonseca* [I]

*Humberto Meza* [II]

*Nelson Rojas de Carvalho* [III]

Organizadores

[I] <https://orcid.org/0000-0003-4339-4786>

Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Administração de Empresas e Administração Pública, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo. São Paulo, SP/Brasil.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Paulo, SP/Brasil.

franciscofonsecap@gmail.com

[II] <https://orcid.org/0000-0001-5074-3337>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

meza.humberto@gmail.com

[III] <https://orcid.org/0000-0001-6303-3406>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Seropédica, RJ/Brasil.

nrojascarvalho@gmail.com

## Referências

- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2016). *A nova razão do mundo – Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo.
- NOBRE, E. (2019). *Do plano diretor às operações urbanas consorciadas: a ascensão do discurso neoliberal e dos grandes projetos urbanos no planejamento paulistano*. São Paulo, Annablume.
- PECK, J. (2012). Neoliberalismo y Crisis Actual. *Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal*, v. 12, n. 19, pp. 7-27.